

Princípios e Fundamentos das Ciências

Atena Editora



Atena Editora

PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A864p Atena Editora.
Princípios e fundamentos das ciências / Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.
23.434 kbytes

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
DOI 10.22533/at.ed.714180203
ISBN 978-85-93243-71-4

1. Ciência – Estudo e ensino. 2. Educação – Ciências. 3. Prática de ensino. 4. Professores e alunos. I. Título.

CDD 507

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

Eixo 1 - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

CAPÍTULO I

A AGONIA DO FUTEBOL BARÉ: O ASPECTO PSICOLÓGICO EM QUESTÃO PELA MÍDIA AMAZONENSE

Matheus Vasconcelos Torres e Ewerton Helder Bentes de Castro..... 6

CAPÍTULO II

A DOCE SOCIEDADE PERNAMBUCANA – UMA RÁPIDA ANÁLISE DO LIVRO AÇÚCAR DE GILBERTO FREYR

Jonas Alves Cavalcanti23

CAPÍTULO III

A INFLUÊNCIA DOS YOUTUBERS NO COMPORTAMENTO DO ADOLESCENTE NA CONTEMPORANEIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Paula Andrade Silva, Brenda Cardoso de Sousa, José Milton de Carvalho Neto e Milene Martins 31

CAPÍTULO IV

MULHERES EM FOCO

Ana Carolina Fernandes dos Santos, Isabela Santana dos Santos e Kaio Marcel de Souza Henriques.....42

CAPÍTULO V

O EMPREENDEDORISMO E O EMPODERAMENTO DE MULHERES TRANSFORMANDO A VIDA DE COMUNIDADES CARENTES

Michele Lins Aracaty e Silva, Leonardo Marcelo Dos Reis Braule Pinto e João Paulo Soares da Silva 50

CAPÍTULO VI

PROCESSOS GESTÃO E SISTEMÁTICA

João Henrique Escamia..... 70

CAPÍTULO VII

A GESTÃO COM PESSOAS FOCADA NA LIDERANÇA, MOTIVAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DA REGIÃO DAS MISSÕES

Jessica Lima da Silveira, Claudia Aline de Souza Ramser, Nády Antonello e Valmir Pudell..... 83

CAPÍTULO VIII

A IMPORTÂNCIA DE ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO NAS NOVAS MÍDIAS: NETFLIX COMO ESTUDO DE CASO

Marcelo Ramos Marinho e Heleno Almeida Lima 102

CAPÍTULO IX

CÓLICACAST

Maria Gorete Oliveira de Sousa, Stéfany Maria da Silva Nobre, Daniel Fernandes Bezerra de Menezes, Suyanne Nicolle Pontes Vieira, Anderson Rodrigues de Castro e Manuela Costa Bandeira de Melo 118

CAPÍTULO X

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO PEDAGÓGICO NAS PRÁTICAS DE MAGISTÉRIO DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR

Caíque Rodrigues de Carvalho Sousa 127

CAPÍTULO XI

ACESSIBILIDADE NO IFPI CAMPUS TERESINA CENTRAL, A PARTIR DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS (TAs)

Caíque Rodrigues de Carvalho Sousa, Marlene Rodrigues de Carvalho e Natália Basílio dos Anjos..... 130

CAPÍTULO XII

A AÇÃO SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE EXECUÇÃO JUNTO A COMUNIDADE SANTA BÁRBARA NO MUNICÍPIO DE CARUARU-PE

Silvania Bezerra Alves de Carvalho, Damaris dos Santos Tanaka, Mirele Vicente da Silva, Flavia gabrielle, Raquel Diniz Rufino e Emília Natali Cruz Duarte 140

CAPÍTULO XIII

A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS A FAVOR DAS MODALIDADES ESPORTIVAS

Robeilton Severino de Lira e Luiz Antônio Nunes de Assis 154

CAPÍTULO XIV

COMO FAZEMOS UM PROCESSO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PODER DECISÓRIO DO JUIZ E OS REFLEXOS NA SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

Rafael Beltrão Urtiga, Maria Emília Miranda de Oliveira Queiroz e Adonis Rodrigues Lima dos Santos 15763

CAPÍTULO XV

O MATUSALÉM GREGO E O DILÚVIO CIENTÍFICO: REFLEXÕES SOBRE A CIÊNCIA EXPERIMENTAL DE ROGÉRIO BACON E FRANCIS BACON

Alyson Bueno Francisco.....167

CAPÍTULO XVI

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL GLOBAL E SUA INSTRUMENTALIZAÇÃO PELO ACORDO DE PARIS

Rudá Ryuiti Furukita Baptista e Ana Paula Ruiz Silveira Ledo.....179

Eixo 2 - Ciências Exatas

CAPÍTULO XVII

BENEFÍCIOS DA REUTILIZAÇÃO DE CONTAINERS COMO ALTERNATIVA DE MORADIAS NA CIDADE DE MANAUS – AMAZONAS

Carlos Fabiano Gomes Mafra, Valter Cruz da Silva Neto, Paulo Cândido Barbosa Júnior, Luiz Felipe Gil da Silva e Larissa Medeiros de Almeida..... 192

CAPÍTULO XVIII

APLICAÇÃO TECNOLÓGICA DA CASCA DE ABACAXI DESIDRATADA EM SORVETE

Nívia Barreiro, Márcia Alves Chaves e Carolina Castilho Garcia 205

CAPÍTULO XIX

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DE SOLOS ERODIDOS EM ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE BONITO-PE

Benaia Henrique de Oliveira Cavalcanti, Claudenice Paulino da Silva Cavalcanti, Fabiana Brandão Ribeiro Alves, José Wilson Campelo Neto e Nathália Roseane de Melo..... 220

CAPÍTULO XX

ESTUDO DE CASO ENTRE PRODUTIVIDADE NA CONSTRUÇÃO DE CARUARU – PE E A LITERATURA VIGENTE, COLETANDO DADOS POR MEIO DO USO DE SOFTWARE

Guilherme Lúcio da Silva Neto e Marcelo Tavares Gomes de Souza 237

CAPÍTULO XXI

ESTUDO DE CASO SOBRE MURO DE CONTENÇÃO, UMA SOLUÇÃO PARA INFILTRAÇÃO
Matheus Geomar Da Silva, Ana Carine De Melo Silva, Pricila do Nascimento Cordeiro e Claudenice Paulino Da Silva Cavalcanti 246

CAPÍTULO XXII

CONSTRUCTION OF A COMPUTATIONAL PLATFORM FOR LPS DIMENSIONING ACCORDING TO ABNT NBR 5419:2015

Alisson Gomes Rodrigues, Thais Barretto Soares, Regina Maria de Lima Neta e José Moraes Gurgel Neto 255

CAPÍTULO XXIII

APLICAÇÃO DE ENZIMA PROTEASE EM DETERGENTE PARA REMOÇÃO DE MANCHAS EM TECIDO DE ALGODÃO

Celene Fernandes Bernardes e Silmara Martins da Cruz.....270

CAPÍTULO XXIV

A INFLUÊNCIA DE PIGMENTOS NAS PROPRIEDADES DE ARGAMASSAS DE CIMENTO PORTLAND

Brenda dos Santos Paiva, Diego Tome Gomes, Ivan Cesar Pessoa Veloso, Jefferson Maia Lima e Taynara de Sales Oliveira Moraes.....280

Eixo 3 – Ciências da Saúde

CAPÍTULO XXV

FATORES DETERMINANTES NA ADOÇÃO DE PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Daniele Viega Santiago, Francisco das Chagas dos Santos, Ivo José da Costa Júnior, João Pedro da Costa Soares de Azevedo, Lucas Cardoso dos Santos e Shirley Antas de Lima.....295

Eixo 4 – Ciências Agrárias

CAPÍTULO XXVI

REGULADORES VEGETAIS: AUXINAS

Daniele Cristina Schons, Giovana Ritter, Tauane Santos Brito, Leila Alves Netto, Tatiane Eberling e Vandeir Francisco Guimarães.....309

Sobre os autores.....326

CAPÍTULO XVI

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL GLOBAL E SUA INSTRUMENTALIZAÇÃO PELO ACORDO DE PARIS

**Rudá Ryuiti Furukita Baptista
Ana Paula Ruiz Silveira Ledo**

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL GLOBAL E SUA INSTRUMENTALIZAÇÃO PELO ACORDO DE PARIS

Rudá Ryuiti Furukita Baptista

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Londrina – Paraná

Ana Paula Ruiz Silveira Ledo

Universidade Estadual de Londrina

Londrina – Paraná

RESUMO: A problemática do presente trabalho se concentra na análise da implementação e concretização da política pública ambiental global consolidada no Acordo de Paris (*Paris Agreement*) na 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change), fixada em decorrência do problema social do aquecimento global e das mudanças climáticas mundial, que tem como base e finalidade a consolidação do ideal do desenvolvimento sustentável. Apresenta como justificativa central a evidente atualidade da discussão acerca da crise ambiental global, bem como a importância da cooperação internacional para concretização do desenvolvimento sustentável. Utilizou-se o método de revisão literária e de fontes normativas nacionais e internacionais, pautada na construção teórico-científica por meio de um recorte no plano do direito ambiental e do direito internacional público. Ao final, conclui-se que a concretização da política pública ambiental firmada no Acordo de Paris pode ser dilatada por um lapso temporal alongado, pois encontra óbice, no plano internacional, na cláusula “entry into force” contida no artigo 21 do referido tratado internacional, e, no âmbito nacional, na morosidade decorrente do conjunto de atos solenes que formam o procedimento legal de internalização do acordo internacional em destaque, bem como na formação de políticas públicas para implementação dos objetivos deste.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública Ambiental Internacional. Desenvolvimento sustentável; Acordo de Paris.

1. INTRODUÇÃO

No primeiro item do presente trabalho se traz a lume o conceito de “políticas públicas” sob a perspectiva jurídico-política, destacando-se que estas podem ser delimitadas no plano territorial regional e no plano global, sendo que, conseqüentemente, faz-se possível a existência de uma política pública ambiental internacional.

No segundo item aborda-se o conceito de “desenvolvimento sustentável” no plano jurídico-científico brasileiro e internacional, bem como se traz a lume tratativas internacionais que visam concretizar o ideal de sustentabilidade como uma política pública global por meio da cooperação internacional, dentre os quais se destaca o Acordo de Paris (*Paris Agreement*).

Ato contínuo, no terceiro item, elucida-se acerca dos óbices para concretização no plano internacional e nacional da política pública de combate aos efeitos negativos das mudanças climáticas, bem como de redução das emissões dos gases que causam o efeito estufa para conter o aquecimento global.

Ao final do desenvolvimento, no que diz respeito ao âmbito nacional, ilustra-se que a vasta quantidade de atos solenes, subdivididos em etapas nas Casas do Congresso Nacional e junto ao Chefe do Poder Executivo, necessários para que as normas do Acordo de Paris sejam domesticadas e entrem em vigor no plano doméstico brasileiro, também pode acarretar no retardamento da concretização das diretrizes e linhas programáticas traçadas no referido tratado internacional.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E A DEFINIÇÃO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL COMO PROBLEMA AMBIENTAL GLOBAL

A priori, cumpre desenvolver o conceito de “políticas públicas”, tanto no plano nacional quanto internacional, sob a perspectiva jurídico-política, com fito de trazer a lume elementos para contextualização do objeto central do artigo – a fixação da defesa ao meio ambiente sustentável como política pública ambiental global – a ser tratado no item subsequente.

Segundo Carvalho (2008, p. 5), para atingir resultados em diversas áreas e promover o bem-estar da sociedade, os governos se utilizam das Políticas Públicas que podem ser definidas da seguinte forma: um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade. Nessa linha, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (LOPES; AMARAL, 2008, p. 5).

Ainda no plano conceitual, destaca-se que, se as políticas públicas são pautadas no interesse público ou coletivo, sua fixação depende da alocação autorizada de valores para toda a sociedade (EASTON, 1953, p. 129). Porém, mais do que valores, as políticas públicas são programas que projetam “objetivos, valores e práticas” (KAPLAN; LASSWELL, 1979, p. 12).

Entretanto, neste ponto, questiona-se se a inação do Poder Público também pode ser considerada como definição de política pública, isto porque, se o interesse público depender da omissão do Estado, este deve traçar diretrizes que garantam sua inação. Thomas Dye (1992, p. 10) afirma que tais políticas são o que os governos escolhem fazer ou não fazer, uma vez que, a não atuação dos governos também tem grande impacto sobre as sociedades.

Conforme destaca o referido autor, o poder se fixa tanto na capacidade de comandar uma ação, quanto de comandar a inação, motivo pelo qual se torna relevante considerar também o poder que determinados grupos possuem de evitar que uma decisão seja tomada, denominado poder de veto.

Destarte, sendo as políticas públicas um conjunto de ações ou inações do Poder Público que visam solucionar problemas da sociedade para atingir o bem-estar

coletivo pautado no interesse público, é cediço que para a definição da agenda das políticas públicas se faz necessário levantar quais são os problemas sociais. Neste sentido:

A essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Exatamente por isso, o que define se uma política é ou não pública é a sua intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal. São os contornos da definição de um problema público que dão a política o adjetivo “pública”. (SECCHI, 2013, p. 16)

Nesta perspectiva, surge a possibilidade de limitar territorialmente a busca dos problemas sociais, fixando os problemas locais ou nacionais, bem como os problemas internacionais e globais. Isto porque, determinado fato pode implicar em ofensa ao bem-estar de determinada região ou país, ou ainda, pode afetar o interesse da coletividade de todo o planeta.

Diante das múltiplas demandas sociais nos planos local e internacional, ganha destaque o problema social global objeto central do presente trabalho, qual seja a degradação do meio ambiente.

Ao que tudo indica, nos próximos milhões de anos, o planeta não será extinto. A humanidade é que corre real perigo. A gravidade das questões ambientais encontra-se, no presente estágio, isenta de dúvidas, em pontos fulcrais. O peso dessa ou daquela causa, sim, pode ser debatido, mas a crise ambiental é indelével. (FREITAS, 2012, p. 23)

Dentre os problemas ambientais se observa uma preocupação atual com as alterações climáticas em decorrência dos registros de aumento na temperatura média global, que, conseqüentemente, implica em impactos negativos irreversíveis para o equilíbrio ambiental mundial. Conforme o Relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (*Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC*), indica-se um aumento médio de temperatura de 0,8°C desde os níveis pré-industriais, e se estima que a temperatura média mundial pode elevar-se de 2,5 a 7°C nos próximos cem anos (IPCC, 2007).

Tal problema social é foco hodierno de análise multidisciplinar, em especial por se tratar de um problema de reflexo intra e intergeracional, bem como intertemporal, razão pela qual exige uma agenda permanente e integrada de políticas públicas para garantir um processo global de desenvolvimento sustentável para as presentes e futuras gerações.

Pode-se dizer que o problema do clima é o desafio mais significativo do século, pois se trata do tema que impacta diretamente a economia global, visto que a maior parte da solução depende da alteração das matrizes energéticas dos países, cuja solução depende especificamente da adoção de novas fontes de energia que garantam eficiência energética sem ofender o meio ambiente (GIDDENS, 2010, p. 10)

Assim, no próximo item será desenvolvido o conceito de “desenvolvimento sustentável”, e, elucidar-se-á acerca do movimento internacional para sua fixação como política pública global ambiental, especialmente no que diz respeito à adoção de ações para a atenuação das mudanças climáticas.

3. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO POLÍTICA PÚBLICA GLOBAL PARA O PROBLEMA SOCIAL DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Cumpre salientar, a priori, que o conceito de “desenvolvimento sustentável”, assim como de outras expressões contemporâneas, é objeto de análise presente nas mais variadas áreas da ciência, sendo marcada por ampla complexidade e difusão temática, razão pela qual Carlos Castro (2004, p. 195) afirma que, “tal como a democracia e a globalização, o conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se um dos mais ubíquos, impugnados, e indispensáveis do nosso tempo”.

No entanto, a fim de traçar, ainda que de forma sintética, o referido conceito, observa-se no plano jurídico-científico brasileiro o referencial teórico fixado por Juarez de Freitas (2012, p. 15), desenvolvimento sustentável se trata de uma determinação de promoção, a longo prazo, do desenvolvimento propício ao bem-estar pluridimensional (social, econômico, ético, ambiental e jurídico-político), com reconhecimento da titularidade de direitos fundamentais das presentes e futuras gerações.

Quanto ao tema, Patrick Ayala e Eveline de Magalhães Werner Rodrigues (2013, p. 320) indicam que o “desenvolvimento sustentável” advém de um diálogo intercultural, e é base do denominado Estado Socioambiental, por meio do qual se exige que sejam mantidos os processos ecológicos essenciais, necessários para a manutenção da vida em todas as suas formas, em uma perspectiva presente e futura.

Por meio de uma análise hermenêutica da previsão normativa constitucional estampada no Art. 225, *caput*, da Constituição Federal, extrai-se que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

Desta forma, cabe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, tanto para as presentes quanto para as futuras gerações, destacando-se, assim, a noção de que, no plano interno brasileiro, o desenvolvimento sustentável é objeto de política pública.

Em face deste motivo, tem-se que essa nova configuração de Estado pode ser compreendida como ecologicamente sensível, e capaz de assegurar a integração de uma ordem de valores que requer a comunicação ou diálogo entre os diversos projetos existenciais situados no contexto de um pluralismo moral (AYALA, 2001, p. 55).

Na mesma linha Juarez Freitas (2012, p. 33) afirma que o princípio da constitucional da sustentabilidade estatui três critérios: o reconhecimento da titularidade dos direitos daqueles que ainda não nasceram; assumir a ligação de

todos os seres, acima das coisas, e a inter-relação de tudo, pois todas as coisas são interdependentes; e, sopesar os benefícios os custos diretos e as externalidades, ao lado dos custos de oportunidade, antes de cada empreendimento. Destarte, nessa esteira, admite-se que o ideal do denominado “desenvolvimento sustentável” é baseado na:

[...] nossa capacidade de nos projetar para a frente antes da ocorrência de eventos futuros, o que nos permite aprender com os erros sem voltar a cometê-los e a avaliar ações sem errar novamente³ (GILBERT, 2007, p. 262).

Entretanto, a noção de que a adoção do ideal de desenvolvimento sustentável como política pública para contenção do problema da degradação ambiental supera o limite territorial do Brasil, pois, os efeitos das alterações do meio ambiente geram reflexos em todas as partes do planeta, razão pela qual o desenvolvimento sustentável é tema de políticas públicas no âmbito mundial ou global.

Assim, neste contexto, no plano internacional, em face da preocupação universal sobre o uso saudável e sustentável do planeta e de seus recursos, em 1972 a ONU – Organização das Nações Unidas – convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia. O evento culminou na elaboração da Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, que em trecho do seu parágrafo 6 prevê que:

[...] Defender e melhorar o ambiente humano para as gerações presentes e futuras tornou-se um objetivo imperativo para a humanidade a meta a ser perseguida em conjunto com, e em harmonia com, os objetivos estabelecidos e fundamentais da paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo.

Entretanto, o conceito internacional de “desenvolvimento sustentável” ganhou o devido destaque por meio do Relatório Brundtland (Brundtland Report), ou Relatório “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da ONU de 1987, que o defendeu como o desenvolvimento que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas” (CASTRO, 2004, p. 196).

Ato contínuo, no plano internacional, em 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Environment and Development – UNCED*), também denominada ECO-92 ou “Cúpula da Terra”, no Rio de Janeiro, que culminou na elaboração de diversos documentos, dentre os quais se destacam: Agenda 21; a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Declaração de Princípios sobre Florestas; a

³ Tradução livre de: “Our ability to Project ourselves forward in time and experience events before they happen enables us to learn from mistakes without making them and to evaluate actions without tasking them”.

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica.

Neste contexto, depreende-se o objeto de análise do presente trabalho, qual seja a adoção da política pública do desenvolvimento sustentável pelo tratado internacional denominado Acordo de Paris (*Paris Agreement*) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para superação ou amenização do problema social das mudanças climáticas, especialmente do aquecimento global e do efeito estufa.

4. O ACORDO DE PARIS COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA: BREVE ANÁLISE DOS ÓBICES DA IMPLEMENTAÇÃO NO PLANO INTERNACIONAL E NACIONAL

No dia 12 de dezembro de 2015 todos os 195 (cento e noventa e cinco) países que participaram da 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change) e da 11ª Reunião das Partes no Protocolo de Quioto (CMP-11) aprovaram o texto do Acordo de Paris (Adoption of the Paris Agreement), um documento que representa um acordo mundial que tem por objetivo combater os efeitos negativos das mudanças climáticas, bem como reduzir as emissões dos gases que causam o efeito estufa para conter o aquecimento global.

A discussão conjunta e pacífica de 195 (cento e noventa e cinco) países revela a preocupação mundial com a necessidade da preservação do meio ambiente para garantir uma vida digna e saudável para os seres vivos do planeta, em especial nos últimos anos, e reflete a magnitude do tema abordado na 21ª Conferência das Partes (COP-21), em especial quando o texto final do Acordo é aceito consensualmente por todos os Estados participantes.

Após duas semanas de tratativas, o texto final do acordo global fixa como meta, dentre outras, o esforço de todos os países partes para a manutenção do aquecimento global abaixo de 2°C e próximo de 1,5°C, bem como prevê um financiamento de U\$100bi (cem bilhões de dólares) por ano em medidas de combate à mudança climática e para a adaptação de países em desenvolvimento.

Ficou estabelecido também, no período de cada cinco anos, as metas de adaptação de cada país serão revisadas com base em análises técnicas, sendo que haverá implantação de sistema de monitoramento de implementação das referidas metas, com possibilidade de visita técnica em cada país participante.

O ciclo completo da política pública é constituído dos seguintes estágios: percepção e definição do problema, elaboração de programas e decisão (planejamento), implementação de políticas (SOUZA, 2006). Desta forma, a princípio, verifica-se que após a percepção e definição do problema, o Acordo de Paris fixou um planejamento com metas e diretrizes que visam amenizar ou superar o referido problema ambiental global. E, mais do que isso, esta política pública de desenvolvimento sustentável foi firmada pela maioria dos países do mundo, fato que,

em tese, demonstra uma possível ação integrada de cooperação entre Estados com fito de preservar e garantir um meio ambiente equilibrado.

Entretanto, no tocante a última fase do ciclo, tem-se que, tanto no plano internacional quanto no âmbito do direito doméstico brasileiro, a implementação das regras de política pública fixadas no Acordo de Paris não se dá automaticamente após o ato de assinatura do referido tratado internacional.

No plano internacional o Acordo de Paris somente obteve força, ou seja, se tornou exigível e executável, após o cumprimento de requisitos objetivos estipulados em cláusula suspensiva do próprio tratado internacional. A referida cláusula é denominada “*entry into force*” ou “cláusula de entrada em vigor”, segundo a qual, via de regra, se prevê que as disposições do tratado internacional devem entrar em vigor em um período determinado de tempo após a sua ratificação ou após a adesão de um número fixo de membros.

No caso do Acordo de Paris o artigo 21 define que o referido tratado internacional somente entraria em vigor no trigésimo dia a partir da sua ratificação por cinquenta e cinco países, e, cumulativamente, a partir da ratificação de países que representam pelo menos cinquenta e cinco por cento da poluição por emissão de gases do efeito estufa no âmbito mundial, conforme texto original:

Article 21. 1. This Agreement shall enter into force on the thirtieth day after the date on which at least 55 Parties to the Convention accounting in total for at least an estimated 55 percent of the total global greenhouse gas emissions have deposited their instruments of ratification, acceptance, approval or accession.

Por meio de consulta junto ao sítio eletrônico da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (*United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC*), que informa em tempo real o status de ratificação (status of ratification) do Acordo de Paris, extrai-se que, desde o início do prazo para ratificação, em 12 de dezembro de 2015, apenas em 04 de novembro de 2016 o tratado internacional em destaque entrou em vigor, quando se respeitou a regra do referido artigo 21.

No plano interno brasileiro a dificuldade de implementação da política pública prevista no Acordo de Paris é outra. Apesar de ter assinado o Acordo, no Brasil, o comprometimento do país pela aprovação do tratado internacional, por si só, não garante a incorporação do ato internacional ao direito nacional, pois a assinatura representa mera manifestação expressa de um compromisso provisório emanado pelo representante do Estado, concordando com o conteúdo do acordo multilateral (VARELLA, 2011, p. 63).

Isto porque, após a assinatura do Acordo de Paris, o Presidente da República deve encaminhar uma mensagem ao Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, acompanhada da Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, juntamente com o inteiro teor do texto do tratado internacional, isto porque, por força do art. 64 da Constituição Federal, os projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terão início na Câmara dos Deputados (MAZZUOLI, 2011, p. 370).

A matéria deve ser discutida e votada em cada uma das casas separadamente, a começar pela Câmara dos Deputados, e, posteriormente, no Senado Federal.

No caso do Acordo de Paris, por se tratar de um tratado internacional comum, ou seja, que não diz respeito a direitos humanos, a aprovação, tanto na Câmara quanto no Senado, deve dar-se mediante decisão da maioria simples relativa dos membros presentes nas duas Casas do Congresso Nacional, se presente a maioria absoluta de seus membros. Caso se trate de tratado internacional que verse sobre Direitos Humanos o parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal prevê outro rito procedimental para sua aprovação:

Art. 5ª, [...] §3º. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Ato contínuo, o processo para a Comissão de Relações Exteriores, por força do art. 32, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que deve apresentar um projeto de Decreto Legislativo, que, por sua vez, deve ser submetido ao crivo da Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania para apreciação dos seus aspectos formais, técnicos e legais (MAZZUOLI, 2011, p. 371).

Promulgado e publicado o Decreto Legislativo pelo Presidente do Senado Federal, está o Governo autorizado a ratificar o tratado internacional, no caso o Acordo de Paris. O referido instrumento de ratificação deve ser depositado junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas, conforme previsto no art. 26 do Acordo de Paris.

Por fim, para que inicie a vigência no âmbito do direito interno brasileiro, o Chefe do Poder Executivo deve promulgar um decreto de execução e publicá-lo no Diário Oficial da União. Conforme José Afonso da Silva (2006, p. 233) a edição do decreto de execução tem a finalidade de atestar e dar ciência a todos que o ato internacional já existe e que foram cumpridas as formalidades constitucionais exigidas para a sua celebração.

O Acordo de Paris foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 140, de 16 de agosto de 2011, pelo Congresso Nacional, sendo que o Presidente da República promulgou o Decreto nº 9.073 em 05 de junho de 2012, data que marcou o início da vigência do referido tratado internacional no plano interno brasileiro, após quase dois anos da sua assinatura pelo governo do país.

Entretanto, além dos procedimentos burocráticos internacionais e domésticos para garantir a entrada em vigor de um tratado internacional, a concretização dos objetivos traçados no texto do Acordo de Paris encontra óbices especialmente na mudança de comportamento dos países que o ratificaram. Isto porque, apesar da previsão expressa da necessidade de adoção de atos que impliquem na redução do aquecimento global, é cediço que a implementação de tais atos depende da ruptura com o atual modelo degradante de produção e exploração dos recursos naturais.

Os avanços alcançados pelo desenvolvimento tecnológico e científico para operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável, e, conseqüentemente, para garantia do bem-estar social para as presentes e futuras gerações, além de não ser acessível ou compartilhados por todos, são preteridos por representarem modelos de produção menos rentáveis ou mais dispendiosos.

Nesta esteira, deve-se atentar também para o fato de que os mecanismos de conservação do meio ambiente encontram dificuldade na barreira da atribuição de valor econômico, ou seja, as metas para garantia de um modelo “verde” de atividade enfrentam as dificuldades de aceitação do mercado, sendo necessário, portanto, uma combinação de políticas públicas nacionais e internacionais de incentivo e de controle, que influenciem a adoção de técnicas e métodos de produção que primem pelo respeito e reaproveitamento dos recursos naturais.

Assim sendo, resta evidente que apesar do Acordo de Paris representar uma fixação da política pública internacional do desenvolvimento sustentável para proteção do meio ambiente, em especial no que diz respeito aos problemas das mudanças climáticas e do efeito estufa causado pela emissão de gases, sua implementação para concretização dos planos e diretrizes globais é obstada tanto no âmbito internacional quanto no plano interno brasileiro.

5. CONCLUSÃO

Após análise no plano conceitual dos principais elementos da problemática do presente trabalho – política pública e desenvolvimento sustentável – destacou-se que a gravidade das questões decorrentes da crise ambiental evidencia um problema social de nível global, motivo pelo qual o desenvolvimento sustentável para o meio ambiente equilibrado – que visa a promoção, a longo prazo, para as presentes e futuras gerações, do desenvolvimento propício ao bem-estar pluridimensional (social, econômico, ético, ambiental e jurídico-político) – é apontado como política pública importante para a viabilizar a manutenção da qualidade de vida no mundo.

Exemplo da fixação desta política pública é observado no Acordo de Paris, que representa a força da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, por ser um documento que concebe um tratado internacional global que tem por objetivo combater os efeitos negativos das mudanças climáticas, bem como reduzir as emissões dos gases que causam o efeito estufa para conter o aquecimento global.

Entretanto, ao longo do desenvolvimento do trabalho se evidenciou que a concretização da política pública negociada e firmada no Acordo de Paris encontrou óbice no âmbito internacional, pois, para sua entrada em vigor (*entry into force*) se fez necessário o cumprimento de dois requisitos, quais sejam, a sua ratificação de no mínimo cinquenta e cinco países, cumulado com a ratificação de países que representam pelo menos cinquenta e cinco por cento da origem da poluição por emissão de gases que causam o efeito estufa.

Na mesma linha, elucidou-se que a vasta quantidade de atos solenes necessários para que as normas do Acordo de Paris entrem em vigor no âmbito doméstico brasileiro, somada a burocrática gama de etapas nas Casas do Congresso Nacional e junto ao Chefe do Poder Executivo, também ensejou no retardamento da concretização das diretrizes e linhas programáticas traçadas no referido tratado internacional, razão pela qual afetou negativamente na busca pela efetivação do ideal de “desenvolvimento sustentável” no plano interno.

Ademais, enfatizou-se que a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, além dos referidos obstáculos de formalização do plano normativo, encontra dificuldade de implementação de novos métodos de exploração que protejam o meio ambiente, razão pela qual, indicou-se como necessária a condução internacional e nacional por meio de políticas públicas de incentivo e de controle, que influenciem a adoção de técnicas e métodos de valorização dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

AYALA, Patryck de Araújo. **Devido processo ambiental e o direito fundamental ao meio ambiente**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

_____; RODRIGUES, Eveline de Magalhães Werner. **Diálogo intercultural e proteção do meio ambiente: por um princípio de sustentabilidade integrado pela ideia de bem viver**. In: Anais do 18º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, 2013. Disponível em:

<http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20131201045021_6976.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2016.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CASTRO, Carlos J. **Sustainable Development: Mainstream and Critical Perspectives**. In: *Organization & Environment*, n. 17, n. 2, jun. 2004, p. 195-225. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/249701891_Sustainable_Development_Mainstream_and_Critical_Perspectives>. Acesso em: 02 mai. 2016.

CARVALHO, Edson Ferreira de. **Meio ambiente e direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 2008.

DYE, Thomas. **Understanding Public Policy**. New Jersey: Pearson; Prentice Hall, 1992.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: Direito ao futuro**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

EASTON, David. **The political system**. Nova York: The Free Press, 1953.

GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

GILBERT, Daniel Todd. **Stumbling on Happiness**. New York: Vintage, 2007.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. **The Physical Science Basis**. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the IPCC. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

KAPLAN, Abraham Dwight; LASSWELL, Harold Dwight. **Poder e sociedade**. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1979.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. CALDAS, Ricardo Wahrendorff Caldas (coord.). Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20%C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 27 de jul. 2016.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Direito dos Tratados**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ONU. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano** (Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment). Disponível em: <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&l=en>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

ONU. **Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”** (Report of the World Commission on Environment and Development). Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

ONU - Framework Convention of Climate Change. **Adoption of the Paris Agreement**, 2015. Disponível em: <<http://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/l09.pdf>>. Acesso em 01 mai. 2016.

ONU – Paris Agreement – **Status of ratification**. Disponível em: <http://unfccc.int/paris_agreement/items/9444.php>. Acesso em: 27 jul. de 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas – Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Processo constitucional de formação das leis**. 2 ed. São Paulo, 2006.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. *In: Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público**. 3 ed. São Paulo: Saraiva: 2011.

ABSTRACT: This paper work focuses on the analysis of the implementation and delivery of consolidated global environmental public policy in the Paris Agreement in the 21th Conference of Parties (COP-21) of the United Nations Framework Convention on Climate Change, established as a result of the social problem of global warming and global climate change, which is based on purpose and the consolidation of the ideal of sustainable development. It features a central justification to clear today's discussion about the global environmental crisis, and the importance of international cooperation for achieving sustainable development. We used the literature review method and national and international regulatory sources, based on the theoretical-scientific construction through a cutout in environmental law and plan of public international law. Finally, it was concluded that the implementation of environmental public policy signed the Paris Agreement may be extended by an elongated time span, as is obstacle at international level, in clause "entry into force" in Article 21 of that international treaty and at the national level, the slow pace due to the set of solemn acts that form the legal procedure for the internalization of international agreement Featured.

KEY WORDS: Public International Environmental Policy; Sustainable development; Paris Agreement.

Sobre os autores:

Adonis Rodrigues Lima dos Santos graduado em direito pela UNIFAVIP – DeVry. Surubim – Pernambuco. Discente na Pós Graduação em Processo Civil pela ESA/PE. adonislina@hotmail.com.

Alisson Gomes Rodrigues Graduação em Engenharia Elétrica pelo Centro Universitário Cesmac; alissongrt23@gmail.com

Alyson Bueno Francisco Graduado em Geografia com Licenciatura Plena (2007) e Bacharelado (2008), Mestre em Geografia (2011) e Doutor em Geografia (2017) pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente. Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo nas modalidades de iniciação científica, mestrado e doutorado. Atuou em tutoria no ensino à distância em cursos de especialização lato-sensu e como técnico em órgão público municipal. Possui autoria individual em 3 livros, 8 artigos e 4 capítulos de livros. Atua em pesquisas na área de Geografia Física, com ênfase em erosão urbana, monitoramento de perdas de solo, experimentos de controle de erosão, cartografia em grandes escalas e metodologia da ciência.

Ana Carine De Melo Silva Graduanda em Engenharia Civil na UNIFAVIP|DeVry – Caruaru/PE; Inglês Básico – EnglishPro DeVry Brasil (2017); E-mail: carinemelo01@gmail.com

Ana Carolina Fernandes dos Santos: Graduanda em Psicologia pela Faculdade Ruy Barbosa- DeVry; Bolsista pelo Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PICT) da Faculdade Ruy Barbosa- DeVry; E-mail para contato: ana_fernandes15@hotmail.com.

Ana Paula Andrade Silva graduanda em psicologia pela Faculdade Integral Diferencial – FACID DEVRY. E-mail para contato: pandrade1710@gmail.com. Telefone para contato: (86) 99524-8755

Ana Paula Ruiz Silveira Ledo Professora da Faculdade Catuai; Graduação em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR); Graduação em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); E-mail para contato: anapaula.ruiz@hotmail.com

Anderson Rodrigues de Castro Graduação em Rádio, TV e Internet pela Faculdades Nordeste – DeVry/FANOR. Estudante do curso de Rádio, TV e Internet na DeVry/FANOR. Trabalha como operador de câmera.

Benaia Henrique de Oliveira Cavalcanti Graduação em andamento em Engenharia Civil pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca -UNIFAVIP; E-mail para contato: correio.benaia@gmail.com

Brenda Cardoso de Sousa graduanda em psicologia pela Faculdade Integral Diferencial – FACID DEVRV. E-mail para contato: brendacardoso404@gmail.com. Telefone para contato: (86) 98164-7808

Brenda dos Santos Paiva Graduanda em Engenharia Civil pela Faculdade Ideal – Faci / Adtalem Educacional do Brasil, onde participa do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica – PICT como Bolsista. Realiza pesquisas com ênfase em Aditivos de Pigmentação com aplicações em Concretos, Argamassas e outros. Email: contatobrendapaiva@outlook.com

Caíque Rodrigues de Carvalho Sousa: Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Carlos Fabiano Gomes Mafra Acadêmico de Engenharia Civil, Faculdade DeVry Martha Falcão – Manaus/Am; Cursando Técnico em Edificações pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM); E-mail: Carlosfgmafra@gmail.com.

Carolina Castilho Garcia Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira; Graduação em Engenharia de Alimentos pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; Mestrado em Química pela Universidade Federal de Goiás; Doutorado em Engenharia e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; Grupo de pesquisa em Engenharia de Alimentos, link: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9620276699109060; e-mail para contato: carolinacgarcia@utfpr.edu.br

Celene Fernandes Bernardes Pós-graduada em Bioquímica, tendo obtido os títulos de Mestre e Pós-doutorado na UNICAMP e o título de Doutorado na UNIFESP. Trabalha na área de Bioquímica como professora e pesquisadora. Atua como pesquisadora nas áreas de bioenergética mitocondrial em células de mamíferos e protozoários e na área de metabolismo relacionado à atividade física. Como professora de bioquímica ministra atualmente aulas para os cursos de medicina, biologia, veterinária, nutrição e química. Atuou como professora também para os cursos de farmácia, fisioterapia, biomedicina, terapia ocupacional e enfermagem.

Claudenice Paulino da Silva Cavalcanti Professora do Centro Universitário do Vale do Ipojuca - UNIFAVIP; Curso técnico/profissionalizante em Edificações pelo Instituto Federal de Pernambuco – IFPE; Graduação em Engenharia Ambiental pelo Centro Universitário Maurício de Nassau, UNINASSAU; Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho pelo Centro Universitário Maurício de Nassau, UNINASSAU; Mestrado em Engenharia Civil, com ênfase em Geotecnia, pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Doutorado em andamento em Engenharia Civil, com ênfase em Geotecnia, pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Grupo de pesquisa: Análise do Potencial e Ocorrência de Processos Erosivos em Áreas Urbanas;

Claudia Aline de Souza Ramser, Mestre em Engenharia de Produção (UFSM-2016), Especialização em Estatística e Modelagem Quantitativa (UFSM-2017), Graduada em Formação de Professores (UFSM-2014) e em Administração com ênfase em Comércio Internacional, (URI-2011). Atualmente atua como professora no Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, possui experiência na área de Administração, estatística, análise de dados.

Damaris dos Santos Tanaka Graduação em Serviço Social pela Universidade Anhanguera-Uniderp – Centro Educacional a Distância (2015). Especialista em Saúde Pública – Favip Devry (2017).

Daniel Fernandes Bezerra de Menezes- Graduação em Rádio, TV e Internet pela Faculdades Nordeste – Devry/FANOR. Estudante do sexto semestre, cursando graduação em Rádio, TV e Internet pela Faculdades Nordeste – Devry/FANOR. Diretor de audiovisual. 42 anos.

Daniele Cristina Schons Graduação em Engenharia Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Mestrado em Agronomia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon (em andamento).

Daniele Viega Santiago Enfermeira Graduada pela Faculdade Uninassau - PB (2017). Pós Graduando em Unidade de Terapia Intensiva pelo Centro Universitário de João Pessoa, UNIPÊ (Em Curso). Participação no 18° CBCENF, Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem na cidade de João Pessoa, (2015). Capacitação em Urgência, Emergência e Atendimento Pré-Hospitalar (A.P.H.), Suporte Básico de Vida e Atenção Pré e Trans-Hospitalar às Urgências Obstétricas.

Diego Tome Gomes Graduando em Engenharia Civil pela Faculdade Ideal – Faci / Adtalem Educacional do Brasil, onde executa a atividade de laboratorista na instituição. Realiza pesquisas com ênfase em Caracterização granulométrica de diferentes solos da Mesorregião metropolitana de Belém – PA, Aditivos de Pigmentação com aplicações em Concretos, Argamassas e outros. Email: dgomes4@faculdadeideal.edu.br

Emília Natali Cruz Duarte Mestre em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação Integrado de Saúde Coletiva do Centro de Ciências da Saúde na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2013). Especialista em educação para enfermagem na modalidade ensino à distância- UFPE (2015). Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Pernambuco (2010). Participante do grupo de pesquisa em Saúde do Idoso da UFPE - nas linhas de pesquisa em Epidemiologia do Envelhecimento e Saúde Pública e Envelhecimento. Atuando principalmente nos seguintes temas: Saúde Coletiva, Epidemiologia e Gerontologia. Professora da disciplina Fundamentos da Saúde Humana nos cursos de educação física, enfermagem e fisioterapia no Centro Universitário Vale do Ipojuca/UNIFAVIP-DEVRY.

Ewerton Helder Bentes de Castro Docente do PPGPSI e da graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Líder do Grupo de Pesquisa em Psicologia Fenomenológico-Existencial, desenvolvendo pesquisas. Doutor em Ciências (área de concentração de Psicologia) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – USP. Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Especialista em Odontologia em Saúde Coletiva e Odontogeriatrics. Graduado em Odontologia e Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Autor e organizador do livro Fenomenologia e Psicologia: A(s) teoria(s) e práticas de pesquisa. E-mail: ewertonhelder@gmail.com

Fabiana Brandão Ribeiro Alves Graduação em Matemática pela Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul – FAMASUL e Graduação em andamento em Engenharia Civil pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca -UNIFAVIP; Especialização em Educação Matemática pela Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul – FAMASUL; E-mail para contato: fabianabrandao81@hotmail.com

Flávia Gabrielle Pereira de Oliveira Mestre em Saúde Pública pelo Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães - FIOCRUZ - PE, Especialista em Saúde Pública com ênfase no NASF pela ASCES, Especialista em Gestão da Política de Alimentação e Nutrição pela FIOCRUZ-RJ. Já atuou na coordenação de programas governamentais (NASF, SISVAN, Bolsa Família), foi apoiadora institucional do SUS, responsável técnica pela Alimentação Escolar da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco (GREVC), prestou assessoria nutricional em restaurante entre outras atividades profissionais. Professora de graduação nos cursos de Nutrição, gastronomia, fisioterapia e biomedicina (2009 -atual). Experiência em saúde pública, fundamentos da saúde humana, técnica dietética, nutrição e dietética, informática aplicada a saúde, Engenharia de cardápios, pesquisa aplicada a nutrição, Unidade de Alimentação e Nutrição I e II, metodologia científica. Docente de pós-graduação em saúde pública. Atualmente é docente do Centro universitário do Vale do Ipojuca - UNIFAVIP e na Associação Caruaruense de Ensino Superior - ASCES- UNITA.

Francisco das Chagas dos Santos Discente do curso de Licenciatura em Ciência da Computação pela UFPB, Campos VI. Possui trabalhos publicados nos Anais do COPRESIS (Congresso Nacional de Práticas Educativas), no CONEDU (Congresso Nacional de Educação) e na Jornada de Estudos Freireana. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Etnia e Economia Solidária (GEPees), UFPB Campos IV.

Giovana Ritter Graduação em Agronomia pela Faculdade Assis Gurgacz; Mestrado em Agronomia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon (em andamento).

Guilherme Lúcio da Silva Neto Graduado em Engenharia Civil pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP; E-mail para contato guilhermelucio5@hotmail.com

Heleno Almeida Lima Professor da Faculdade Martha Falcão Devry. Coordenador de Estágio Supervisionado / Curso de Design / Faculdade Martha Falcão Devry; Mestrado em Ciência e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Desenho Industrial pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Orientador de Trabalhos de Graduação – Curso de Design e Curso de Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) / Faculdade Martha Falcão

Isabela Santana dos Santos: Graduanda em Psicologia pela Faculdade Ruy Barbosa-Devry; Bolsista pelo Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PICT) da Faculdade Ruy Barbosa- Devry; E-mail para contato: isabelasantana@live.com.

Ivan Cesar Pessoa Veloso Graduando em Engenharia Civil pela Faculdade Ideal – Faci / Adtalem Educacional do Brasil. Realiza pesquisas com ênfase em Aditivos de Pigmentação com aplicações em Concretos, Argamassas e outros. Email: Ivan-pes2010@hotmail.com

Ivo José da Costa Júnior Graduando em Licenciatura em Ciência da Computação pela UFPB. Técnico em Edição Gráfica com experiência em programação; profissional Fullstack. Trabalha com Designer Ux e Designer Ui em todas as plataformas. Congressista ativo em publicações entre revistas e anais. Estudante de Pentest e técnicas de invasões, empreendedor e co-fundador de Startups que se encontram em processo de maturação.

Jefferson Maia Lima Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Pará – UFPA, e mestre em Engenharia Civil pela mesma instituição. Atualmente é técnico científico do Banco da Amazônia e professor titular da Faculdade Ideal – Faci / Adtalem Educacional do Brasil. Tem experiência na área de Engenharia Civil, com ênfase em Materiais de Construção, atuando principalmente nos seguintes temas: concretos, argamassas, dosagens, agregados, adições minerais, aditivos químicos, processos executivos e patologias das construções. Email: jlima20@faculdadeideal.edu.br

Jessica Lima da Silveira Graduada em Administração pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai – URI – Campus de Santo Ângelo - RS

João Henrique Escamia Professor da Universidade – DeVry Metrocamp; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da FACENS – Faculdade de Engenharia de Sorocaba; Graduação em Engenharia Industrial Mecânica pela Universidade Metodista de Piracicaba; Mestrado em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Doutorando em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; E-mail para contato: joao.escamia@metrocamp.edu.br.

João Paulo Soares da Silva Acadêmico do 7 período de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Membro do Grupo de Pesquisa da UFAM: Grupo de Pesquisa em Economia Industrial, Internacional e da Tecnologia. e-mail de contato: jooldr_joao@hotmail.com

João Pedro da Costa Soares de Azevedo Graduando em Ciências da Computação pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB (2018); Atualmente Trabalhamos com Servidores FTP de arquivos; Trabalhando com Hospedagem de Sites em dedicados fora do Brasil e dentro do Brasil. Tem experiência na área de TI e como criador de conteúdo digital, manutenção em sites correção de erros de Hospedagem e manutenção e configurações de servidores.

Jonas Alves Cavalcanti Professor do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC – Caruaru/PE; Bacharel em Administração com Ênfase em Marketing de Moda pela Universidade de Pernambuco – UPE; Gastrônomo pelo Centro Universitário UNIFAVIP DeVry; jonasalvesca@gmail.com; jonasalvesca@hotmail.com

José Milton de Carvalho Neto graduando em psicologia pela Faculdade Integral Diferencial – FACID DEVRY. E-mail para contato: josemiltonneto06@gmail.com. Telefone para contato: (86) 98151-4282

José Moraes Gurgel Neto Professor do Centro Universitário Cesmac; Professor do Centro Universitário Unit; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Elétricos do Centro Universitário Cesmac; Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco; neto.gurgel.moraes@gmail.com

José Wilson Campelo Neto Graduação em andamento em Engenharia Civil pela Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns - AESGA;

Kaio Marcel de Souza Henriques: Graduando em Psicologia pela Faculdade Ruy Barbosa- Devry; Bolsista pelo Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PICT) da Faculdade Ruy Barbosa- Devry; E-mail para contato: kaiom.henriques@gmail.com.

Larissa Medeiros de Almeida Professor da Faculdade DeVry Martha Falcão – Manaus/Am; Graduação em Engenharia Mecatrônica pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM; E-mail: Larissaalmeida68@gmail.com.

Leila Alves Netto Graduação em Agronomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina; Especialista em Proteção de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa; Mestrado em Agronomia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon (em andamento).

Leonardo Marcelo Dos Reis Braule Pinto Acadêmico do 7 período de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Membro do Grupo de

Pesquisa da UFAM: Grupo de Pesquisa em Economia Industrial, Internacional e da Tecnologia. e-mail de contato: leonardo.braule.pinto@gmail.com; Leonardo_braulepinto@outlook.com

Lucas Cardoso dos Santos Discente do curso de Licenciatura em Ciência da Computação pela UFPB, com trabalhos publicados no COPRESIS (Congresso Nacional de Práticas Educativas), no CONEDU (Congresso Nacional de Educação) e na Jornada de Estudos Freireana. Participou do projeto de monitoria do campus IV como bolsista por um ano.

Luiz Antonio Nunes de Assis Graduado em Lic. Plena em Educação Física (UFPE), Graduado em Fisioterapia pela Faculdade Integrada do Recife (FIR), Esp. Fisiologia do Exercício pela Universidade Veiga de Almeida (UVA/RJ), Esp. Natação e Atividades Aquáticas pela Universidade Gama Filho (UGF/RJ), Esp. Reabilitação Cardiopulmonar e Metabólica (UPE). Docente do Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA)

Luiz Felipe Gil da Silva Acadêmico de Engenharia de Produção, Faculdade DeVry Martha Falcão – Manaus/Am; Técnico em Logística Faculdade DeVry Martha Falcão – Manaus/Am; E-mail: luiz_felippes@hotmail.com.

Manuela Costa Bandeira de Melo Professora na Faculdades Nordeste – Devry/FANOR. Graduação em Jornalismo pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Mestrado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. É Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). No Mestrado, desenvolveu pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre a construção dos modelos de amor representados nas telenovelas de Manoel Carlos. Formou-se em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), em 2007. Como jornalista, tem experiência nas áreas de produção e edição de programas e matérias para televisão universitária. É professora de Audiovisual, Rádio e Televisão na Faculdade Nordeste (FANOR). Atualmente, exerce a função de coordenadora operacional acadêmica do núcleo de Artes, Comunicação, Design e TI na Faculdade Nordeste e ministra as disciplinas ligadas ao audiovisual e rádio. Contato: manuela.melo4@fanor.edu.br

Marcelo Ramos Marinho Pós-graduado em Comunicação Empresarial em Mídias Digitais – Faculdade Martha Falcão Devry; Graduação em Design pela Faculdade Martha Falcão;

Marcelo Tavares Gomes de Souza Graduado em Engenharia Civil pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP; E-mail para contato marcelomtgs@gmail.com

Marcia Alves Chaves Graduação em Tecnologia em Laticínios e Licenciatura em Biologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira; Especialista em Ciência de Alimentos, Modalidade Frutas e Hortaliças pela

Universidade Federal de Pelotas; Mestrado em Ciência de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá; Doutorado em Ciência de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá; e-mail para contato: marcia_alves_chaves@hotmail.com

Maria Emília Miranda de Oliveira Queiroz Coordenadora do curso de Direito da DeVry UNIFAVIP_Caruaru – Pernambuco; Especialista e Mestre em Direito. Professora. Orientadora no PICT. Advogada. Membro do grupo Jurisdição e Processos Constitucionais na América Latina: Análise Comparada – UFPE/CNPQ. emiliaqueiroz.jus@gmail.com.

Maria Gorete Oliveira de Sousa Professora aposentada do Instituto Federal do Ceará – IFCE. Membro do corpo docente (professora colaboradora) do PPGARTES do IFCE; Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará – UECE; Mestre em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Doutora em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Graduada em Rádio, TV e Internet pela Faculdades Nordeste – Devry /FANOR. Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (1987). Mestre em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR (2008). Doutora em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2014). Tem formação em teatro pela Universidade Federal do Ceará, em nível de extensão acadêmica. Professora colaboradora do PPGARTES do Instituto Federal Ceará - IFCE. Pesquisadora do Teatro do Absurdo desde 1999. Bacharelada em Rádio, TV e Internet pela Devry/Fanor. Membro da Academia Cearense da Língua Portuguesa - titular da cadeira nº 1. Contato: gorete.profa@gmail.com.

Marlene Rodrigues de Carvalho: Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

Matheus Geomar Da Silva Graduando em Engenharia Civil na UNIFAVIP|DeVry – Caruaru/PE; Inglês Intermediário – Única (2009); Espanhol Básico – Única (2012); E-mail: matheugeomar@hotmail.com

Matheus Vasconcelos Torres Graduando pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia Fenomenológico-Existencial. Autor do Capítulo intitulado Ser-Mulher-Praticante de Futsal: Compreendendo o Mundo-Vivido Sob a Ótica da Fenomenologia no livro Fenomenologia e Psicologia: A(s) teoria(s) e práticas de pesquisa. Desenvolvendo pesquisas na área da psicologia esportiva. E-mail: mvt.1504@gmail.com

Michele Lins Aracaty e Silva Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Departamento de Economia e Análise (DEA) da Faculdade de Estudos Sociais (FES). Membro do corpo Docente do Programa de Pós-graduação em Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Membro do Grupo de Pesquisa da UFAM: Grupo de Pesquisa em Economia Industrial, Internacional e da Tecnologia. e-mail de contato: michelearacaty@ufam.edu.br; michelearacaty@yahoo.com.br.

Milene Martins, psicóloga, mestre em Educação (UFPI). Professora Assistente II da UFPI e professora do curso de Psicologia da FACID DEVRY (Teresina/ PI). E-mail para contato: martinsmilene@ig.com.br

Mirele Vicente da Silva Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão de restaurantes.

Nádyá Antonello possui graduação em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1981); Especialização em Ciência da Computação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1996) e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (2000). Atualmente é professora horista da Fundação Regional Integrada. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: Qualidade, Comportamento Organizacional, Comprometimento, Espiritualidade no local de trabalho e outros relacionados à Administração.

Natália Basílio dos Anjos: Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

Nathália Roseane de Melo Graduação em Matemática pela Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul – FAMASUL e Graduação em andamento em Engenharia Civil pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca -UNIFAVIP; Especialização em Ensino de Matemática pelas Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão - FAINTVISA; Grupo de Pesquisa: Análise do Potencial e Ocorrência de Processos Erosivos em Áreas Urbanas; E-mail para contato: nathalia.matematica@gmail.com

Nívia Barreiro Graduação em Engenharia de Alimentos pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira; Especialização em andamento em Gestão da Qualidade pelo Instituto Graduarte; e-mail para contato: nivia.barreiro@gmail.com

Paulo Cândido Barbosa Júnior Professor da Faculdade DeVry Martha Falcão – Manaus/Am; Membro do corpo docente da pós-graduação da faculdade DeVry Martha Falcão – Manaus/Am; Graduação em Administração pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas; Mestrado em Ciências e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará – UFPA; E-mail: pcbjr2016@gmail.com

Pricila do Nascimento Cordeiro Graduanda em Engenharia Civil na UNIFAVIP| DeVry – Caruaru/PE. Inglês Iniciante – EnglishPro DeVry Brasil (2017); E-mail: pricilanascimento.pnc@hotmail.com

Rafael Beltrão Urtiga Graduando de direito pela Faculdade Boa Viagem – DeVry Brasil. Recife – Pernambuco. Pesquisador voluntário no PICT – Programa de Iniciação Científica; Monitor de Direito Penal – Teoria da Pena e Mentor da DeVry FBV. Integrante do grupo de pesquisa: Jurisdição e Processos Constitucionais na América Latina: Análise Comparada - UFPE/CNPQ e Parlamentar Juvenil do MERCOSUL – representante do Estado de Pernambuco (2012-2014). rafaelbeltrao2@gmail.com.

Raquel Diniz Rufino Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Católica de Pernambuco (2003), Mestrado (2006) e Doutorado (2010) em Biologia de Fungos pela UFPE. Realizou pesquisas na Universidade do Minho (Portugal), como bolsista de Doutorado Sanduíche (CAPES). Pós-Doutorado (2010 - 2014) pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD - CAPES/FACEPE), vinculada ao Mestrado em Desenvolvimento de Processos Ambientais da UNICAP. Bolsista da FACEPE, Bolsa de Fixação de Pesquisador (BFP) (FACEPE) vinculada à Universidade Católica de Pernambuco. Tem experiência em pesquisa nas áreas de: Microbiologia, com ênfase em Microbiologia Industrial e de Fermentação, atuando principalmente nos seguintes temas: Microbiologia, Cândida, Biossurfactantes, Resíduos industriais, Petróleo.

Regina Maria de Lima Neta Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco; Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco; regina.lima@afogados.ifpe.edu.br

Robeilton Severino de Lira Graduado em Educação Física / Licenciatura e Bacharelado (UNIBRA); Professor de Ed. Física da Secretaria de Educação do Governo de Pernambuco; Técnico de Futsal (Escola Profª Zulmira de Paula Almeida)

Rudá Ryuiti Furukita Baptista Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Direito Aplicado da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP); Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); E-mail para contato: ruda_baptista@hotmail.com

Shirley Antas de Lima Graduação em Administração Hospitalar pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba, Iesp (2003), Graduação em Enfermagem pelo Centro Universitário de João Pessoa, UNIPÊ (2010). Especialização em Unidade de Terapia Intensiva (2014); Mestre pelo Instituto Brasileiro de Terapia Intensiva - Ibrati (2014) Atualmente exerce a Função de Coordenadora de Atenção Básica do Município de Sobrado- PB; Enfermeira do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS AD III) do Município de Mamanguape-PB. Tem experiência na área de enfermagem, com ênfase em clínica médica, urgência e emergência, atuando principalmente nos seguintes temas: Enfermagem Assistencial, Urgência e Emergência e Saúde Pública. Atualmente leciono nas Faculdades Faculdade, Uninassau, no Curso de Enfermagem; e na COESP no Curso de Gestão Hospitalar.

Silmara Martins da Cruz Bacharel em Química Tecnológica - PUC-Campinas. Teve sua carreira direcionada para o mercado de trabalho, atuando principalmente em áreas de pesquisa e desenvolvimento de bens de consumo de diversas categorias. Possui uma vasta experiência na área específica de detergentes, na qual participou de grandes projetos regionais e globais, buscando sempre o desenvolvimento de formulações mais sustentáveis, que diminuíssem impacto ambiental sem prejudicar o desempenho dos produtos. O estudo das enzimas foi sempre um ponto de interesse devido à sua grande eficiência mesmo quando usada em concentrações bem baixas (comparativamente a outros ingredientes).

Silvania Bezerra Alves de Carvalho Graduação em Serviço Social pela Universidade Anhanguera-Uniderp – Centro Educacional a Distância (2015). Especialista em Saúde Pública – Favip Devry (2017).

Stéfany Maria da Silva Nobre Graduação em Rádio, TV e Internet pela Faculdades Nordeste – Devry/FANOR. O amor pela fotografia surgiu desde cedo, antes de chegar na Devry, fui aluna da Rede Cuca e do Porto Iracema das Artes. Durante essa minha jornada de aprendizagem descobri que poderia dar movimento aos meus registros, até então estáticos, por meio do audiovisual. Outra descoberta foi saber que era possível criar universos e contar histórias apenas com o áudio. Fui uma das oito finalistas do concurso mundial de fotos sobre áreas úmidas promovido pelo Secretariado da Convenção de Ramsar. Atualmente sou Assistente de Marketing.

Suyanne Nicolle Pontes Vieira Graduação em Rádio, TV e Internet pela Faculdades Nordeste – Devry/FANOR. Tem certificação nos cursos de Contação de Histórias Audiovisual e Audiovisual para esportes pela Rede Cuca. Estagiou no programa de experiência pela Devry Fanor como Chefe de Produção e Editora chefe na TV Fanor, com os programas acadêmicos. Tem experiência em produção de programas de entretenimento pela TV Jangadeiro/SBT. Também desenvolveu trabalhos de produção audiovisual pela Engloba Comunicação. Foi coordenadora de RTVC na agência BRAVO/BBG. Bacharelada em Rádio, TV e Internet pela Devry Fanor.

Tatiane Eberling Graduação em Agronomia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Mestrado em Agronomia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon (em andamento).

Tauane Santos Brito Graduação em Agronomia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Mestrado em Agronomia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon (em andamento).

Taynara de Sales Oliveira Moraes Graduanda em Engenharia Civil pela Faculdade Ideal – Faci / Adtalem Educacional do Brasil. Realiza pesquisas com ênfase em Aditivos de Pigmentação com aplicações em Concretos, Argamassas e outros. Email: taynaramoraes2@live.com

Thais Barretto Soares Graduação em Engenharia Elétrica pelo Centro Universitário Cesmac. thaisbarrettosoares@hotmail.com

Valmir Pudell Graduado em Administração pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1997), Especialista em Gestão Estratégica, pela URI-Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões(2000), Mestre em Engenharia de Produção, na área de Gerencia da Produção, pela Universidade Federal de Santa Maria (2006). Atualmente é professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Diretor da Empresa Referencia, Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda. Consultor Empresarial atuando nas áreas de políticas públicas, Inovação, Produção e Planejamento. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Financeira, atuando principalmente nos seguintes temas: viabilidade econômico financeira, planejamento, gestão, análise de crédito, investimentos e negociação.

Valter Cruz da Silva Neto Acadêmico de Engenharia de Produção, Faculdade DeVry Martha Falcão – Manaus/Am; E-mail: Valtercruz5@gmail.com.

Vandeir Francisco Guimarães Professor nos cursos de graduação em Agronomia e Zootecnia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon; Graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Mestrado em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Doutorado em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Pós-doutorado em Botânica pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPQ; Líder do Grupo de Pesquisa “Fisiologia de Plantas Cultivadas na Região Oeste do Paraná”.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-71-4

